

## Receita corrente tem melhor nível desde 2013

Por Fabio Graner | De Brasília

A Receita Corrente Líquida do governo federal, que desconta as transferências a Estados e municípios e outras deduções legais, está no maior nível desde 2013. Até maio, segundo números do Tesouro Nacional, o indicador acumulado em 12 meses estava em 11,5% do Produto Interno Bruto (PIB). No ano passado, o índice estava em 11,1% do PIB - nível ao redor do qual oscilou nos últimos anos. Em 2013, ficou em 12,3% do PIB.

A Receita Corrente Líquida (RCL) considera a arrecadação federal deduzindo não só transferências obrigatórias a Estados e municípios, mas também outras questões, como a contribuição para a Previdência. O indicador é uma referência para verificação de alguns mecanismos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, como limite de gasto com pessoal, e da real capacidade de pagamento do ente, seja União, Estado ou município.

O desempenho desse índice até maio era mais um elemento que reforçava o cenário - com o qual o próprio governo trabalhava nos bastidores - de que poderia ficar com um resultado fiscal melhor do que a meta definida para o ano.

O problema é que esse panorama ficou mais nebuloso após

a greve dos caminhoneiros e as preocupações com um desempenho da economia inferior ao que se imaginava. O governo ainda está fechando as contas, mas já se sabe que o desempenho da economia será inferior a 2%, o que torna menos favorável o cenário para a arrecadação federal.

Uma fonte do governo destacou que, se de um lado o segundo trimestre frustrou em termos de crescimento econômico, por outro a inflação maior pode acabar compensando, dado que aumenta a base de incidência dos tributos. "Até maio, o desempenho da arrecadação claramente apontava para um resultado fiscal melhor que a meta, mas agora há dúvidas. Não está claro o impacto da crise dos caminhoneiros e da desaceleração da economia porque tem a alta da inflação", diz.

Outra fonte governamental também aponta que ainda persistem as dúvidas sobre qual será o efeito líquido dos eventos de maio sobre a arrecadação no ano. De qualquer forma, esse interlocutor ressalta o fato de que, de janeiro a maio, a arrecadação vinha surpreendendo positivamente, com performance superior ao nível de atividade econômica do país.

Nesse sentido, lembrou, tributos como o recolhimento do Imposto de Renda por estimativa das empresas

não financeiras e arrecadação do imposto de importação, além do próprio PIS/ Cofins, eram destaques nos cinco primeiros meses do ano, mostrando desempenho bem melhor do que se esperava.

Para Rodrigo Orair, analista da Instituição Fiscal Independente (IFI), o crescimento da receita neste ano até maio reflete a recuperação de tributos como o Imposto de Renda e IPI, mas também a redução de algumas desonerações tributárias e a arrecadação de royalties. Ele aponta que o cenário, mesmo após as despesas e redução de tributos geradas pela crise de combustível, é de uma sobra na meta fiscal, embora o número ainda esteja sendo revisado pela IFI.

O órgão divulgou, ontem, em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), um tópico especial sobre a divisão de receitas entre os governos federal, estadual e municipal até o ano passado. Os dados levantados pela IFI mostram que a receita líquida disponível para União (em um conceito mais restrito que a RCL) teve queda ao longo dos últimos dez anos, enquanto a arrecadação disponível para os municípios aumentou no período, contrariando o discurso de que houve maior concentração de arrecadação na União.

"Estas constatações servem para relativizar algumas ideias muitas vezes

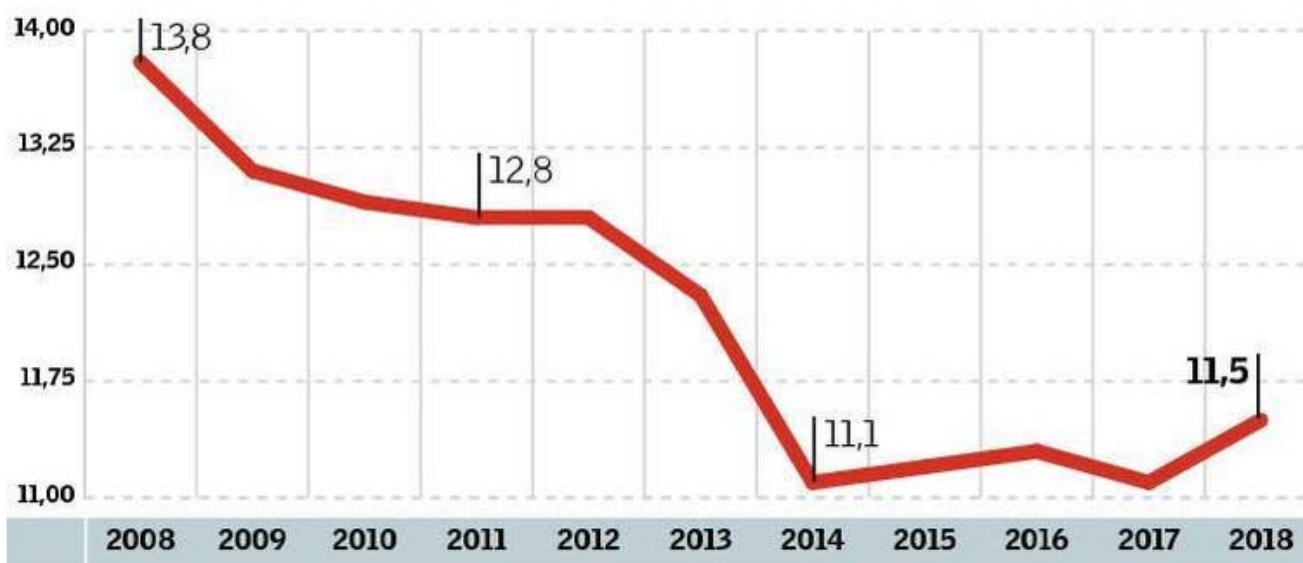




disseminadas no debate público de que o governo central, por meio das contribuições sociais não compartilhadas, vem promovendo um processo simultâneo de ampliação da arrecadação própria e centralização das receitas disponíveis. Este foi um padrão bastante característico da dinâmica das receitas públicas durante a década de 1990, mas que não encontra amparo nas informações do período mais recente", diz a IFI.

## Reação suave

Receita Corrente Líquida em % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional e IBGE

## **Rota 2030 terá impacto fiscal de R\$ 3,75 bi em dois anos**

Por Fábio Pupo | De Brasília

O programa de benefícios ao setor automotivo Rota 2030 trará um impacto fiscal ainda maior que o anunciado pelo governo. No lançamento do pacote - feito pelo Planalto às pressas, na semana passada, para não se ultrapassar o limite dado pela lei eleitoral -, foi mencionado um teto de R\$ 1,5 bilhão ao ano em créditos tributários para montadoras investirem em pesquisa e desenvolvimento. Mas o efeito para os cofres públicos será 40% maior já em 2019.

O montante anunciado não considerava números de outros itens do programa, como a isenção de imposto de importação para autopeças não produzidas no país. Agora, os cálculos da Receita Federal apontam que o Rota 2030 vai gerar uma renúncia fiscal de R\$ 2,113 bilhões em 2019 e de R\$ 1,646 bilhão em 2020. Ou seja, um total de R\$ 3,759 bilhões nos primeiros dois anos de vigência do programa - que vai durar ao todo 15 anos.

Os dados estão presentes na exposição de motivos, documento

que acompanha a medida provisória elaborada pelo Executivo enviada ao Congresso Nacional. O documento confirmou que não há impacto fiscal para 2018, apesar de revelar os novos números estimados para os anos seguintes.

A empresa habilitada no Rota 2030 poderá deduzir de tributos sobre o lucro - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - uma parcela dos recursos destinados a pesquisa e desenvolvimento.

Nesse caso, os créditos serão de 10,2% sobre o aplicado nesse tipo de investimento. Já no caso das autopeças sem produção nacional equivalente, a medida provisória estabelece isenção da alíquota de importação - atualmente em 2%.

Na exposição de motivos, o governo ainda procura justificar o porquê de se implementar o regime por meio de uma medida provisória - que tem um trâmite mais acelerado. Para o Planalto, o processo legislativo regular faria o país correr o risco de ficar "um longo período sem uma política voltada para o setor automotivo, devido ao longo prazo

inerente ao processo regular". "A ausência de uma política em vigor pode acarretar em diversos riscos para a indústria automotiva nacional, como a indefinição quanto a novos investimentos na modernização das linhas de produção e em pesquisa e desenvolvimento", afirma o texto do Executivo. Para valer efetivamente, a MP precisará de aval do Congresso.

Além da MP, o governo assinou na semana passada outras ações voltadas ao setor. Entre elas, um decreto que reduz a alíquota para carros híbridos e elétricos. O IPI cai de 25% para uma faixa entre 7% a 20% dependendo do modelo do motor.

Também será enviado um projeto de lei aos parlamentares que permite o uso, para carros de luxo, do saldo de créditos não usados no programa automotivo anterior - o Inovar-Auto, encerrado em dezembro. Esses valores seriam ressarcidos às empresas por meio de crédito presumido após o início da fabricação no país. Com o encerramento do programa, diz o governo, não houve tempo hábil para ressarcir as montadoras em sua totalidade. (Colaborou Carla Araújo)

## Ancorar expectativas de 2021 ficou mais difícil para o BC

Por Alex Ribeiro | Rio

O Banco Central está tendo um pouco mais de dificuldade para ancorar as expectativas na nova meta de inflação, definida em 3,75% para 2021, do que teve em 2017. A mediana das projeções do mercado financeiro para o índice de inflação de 2021 seguia em 4% até sexta-feira, oito dias úteis depois de o Conselho Monetário Nacional (CMN) definir um objetivo mais ambicioso para o ano.

No ano passado, quando o governo adotou meta de inflação de 4% para 2020, abaixo dos 4,25% vigentes para 2019, as expectativas de inflação se ajustaram mais rapidamente. As projeções de inflação para 2020 caíram de 4,25% para 4% no dia 30 de junho, um dia depois de o CMN divulgar o novo alvo.

A capacidade de o Banco Central ancorar as expectativas na meta é um dos termômetros mais importantes da credibilidade da política monetária. Em geral, quanto mais rápido a ancoragem, menor o custo - em termos de juros elevados - para desinflacionar a economia.

Dados divulgados pelo Banco Central no boletim Focus de expectativas de mercado sugerem

que poderá levar ainda algum tempo para as projeções caminharem para as metas. A mediana das expectativas de inflação dos 35 analistas econômicos que atualizaram suas projeções nos últimos cinco dias segue em 4% para 2021.

No ano passado, esse conjunto de analistas que atualizou as projeções nos cinco dias anteriores passou a acreditar na meta menor para 2020, de 4%, no mesmo dia em que ela foi definida pelo CMN. Em parte, a ancoragem das expectativas foi favorecida pela edição de um decreto presidencial, em 28 de junho de 2017, que determinou que as metas seriam definidas com dois anos e meio de antecedência, em vez da antecedência de um ano e meio como era a prática desde 1999.

A maior dificuldade do BC em ancorar as expectativas de inflação ocorre em um cenário mais difícil, com aceleração dos índices de preços no curto prazo, forte alta da taxa de câmbio e incertezas sobre o regime monetário e fiscal que vai vigorar no governo a ser eleito neste ano.

Alguns economistas também vinham defendendo que, dada a fragilidade nas contas públicas, o país não estaria preparado para adotar metas de inflação abaixo de

4%. O governo Temer fixou como objetivo a convergência da inflação aos níveis dos demais países emergentes, com metas em torno de 3%.

A meta de inflação de 2021 é um sinalizador importante da credibilidade da política monetária porque, ao se situar num horizonte tão distante, ela praticamente não é afetada pelas decisões tomadas pelo BC agora. Ela é afetada mais pela reputação da política econômica do que pelo manejo de juros ou flutuações da economia no curto prazo.

As projeções de inflação para 2021 representam a opinião do mercado financeiro não só sobre a equipe atual do BC, chefiada por Ilan Goldfajn, mas sobre a liderança que estará à frente da instituição a partir do ano que vem e a qualidade mais geral da política econômica.

Apesar das dificuldades maiores do que as enfrentadas em 2017, é possível que o BC atual consiga ancorar as expectativas na meta nas próximas semanas. As projeções dos chamados Top 5 de longo prazo, formado pelos cinco analistas econômicos que mais acertam as suas estimativas, já caíram a 3,75%.

Os indicadores Top 5 não tem sido um termômetro muito preciso,





já que o índice de erros na projeções é relativamente alto e os membros do pelotão de elite costumam mudar com alguma frequência - mas não deixa de ser um alento que o fato de que o BC conseguiu ancorar as expectativas de inflação pelo menos desse grupo.

A média das expectativas de inflação para 2021 sofreu um pequeno recuo desde que o CMN definiu a meta para o ano, passando de 3,95% para 3,93%. Ainda assim, segue mais próxima da meta de 4% definida para 2020 do que do alvo de 3,75% estabelecido para 2021.

## Câmbio começa a entrar no radar de projeções para IPCA

Por Hugo Passarelli, Bruno Villas Bôas e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio



Braz, da FGV: câmbio já influencia preços, mas greve tornou efeito menos claro.

Após a confirmação da forte aceleração da inflação em junho, refletindo a paralisação dos caminhoneiros, os analistas ampliam sua atenção para os efeitos da desvalorização cambial sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A instabilidade recente do dólar - que fechou ontem cotado a R\$ 3,871 - foi incorporada ao cenário em algumas casas, mas seus efeitos sobre preços não são unanimidade. A mediana das projeções para o IPCA de 2018 dos economistas do mercado, reunidas no boletim Focus, do Banco Central, mostrou ontem a oitava alta seguida, de 4,03% para 4,17%.

O banco Itaú e a consultoria MacroSector, por exemplo, elevaram suas projeções para a

inflação deste ano, para 4,1% e 4,3%, respectivamente. Essas revisões incorporam a alta da energia elétrica em São Paulo, que tem peso relevante no IPCA e vai aparecer nos dados de julho. Mas também absorveram uma cotação maior prevista para a taxa de câmbio neste ano.

Até o momento, a avaliação era de que a ociosidade da economia limitaria o repasse. Mas o cenário externo sinaliza para uma tendência mais firme de fortalecimento do dólar, provocada por uma combinação de alta de juros nos EUA e acirramento de tensões comerciais. Internamente, esses fatos são acentuados pela piora fiscal e o risco de as reformas não vingarem no próximo governo.

O Itaú enxerga a piora nessas duas frentes capazes de provocar instabilidades no câmbio. O banco elevou a estimativa para o câmbio ao fim deste ano e do próximo de R\$ 3,70 para R\$ 3,90. E também deixou um pouco mais nebuloso o cenário fiscal, com perspectiva de déficit primário de 1,6% do PIB em 2019, de 1,4% anteriormente.

Em relatório, o banco menciona nominalmente o câmbio como motivo para puxar não só a estimativa para a inflação em 2018, mas também de 2019, que passou de 4,1% para 4,2%. Segundo os economistas da instituição, essa combinação de fatores externos e

internos deve levar o IPCA a rondar os 4,5% nos próximos meses, cedendo só no quarto trimestre.

A alta da cotação do dólar, ainda que não tenha entrado na conta como fator decisivo, aparece assim no horizonte. "A incerteza quanto à continuidade das reformas e dos ajustes necessários na economia em 2019 pode gerar pressões adicionais sobre prêmios de risco e a taxa de câmbio mais à frente, com impactos sobre a trajetória futura da inflação", avalia o banco.

Na MacroSector, o economista Fabio Silveira revisou a projeção para a inflação deste ano de 4,2% para 4,3%, com influência do câmbio. Para ele, a moeda americana deverá subir para R\$ 4 nos próximos meses e fechar o ano de 2018 em R\$ 3,90. "Pouco mais da metade do IPCA sofre influência do câmbio. Não se pode achar que não vai haver algum repasse", diz.

Silveira defendeu o aumento da taxa básica de juros, Selic, atualmente em 6,50% ao ano, para combater a inflação de curto prazo. O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, descartou essa possibilidade em entrevista à Globonews, na quinta-feira. Ele reafirmou que não pretende usar a taxa de juros para tentar segurar o dólar.

Já o Bradesco não crava o





impacto cambial, mas ressalta que não é possível desprezar esse efeito. "Ainda nos parece cedo para avaliar como será a transmissão dessa depreciação recente da moeda [real] para os preços aos consumidores", pontua o banco.

Na sexta-feira, o IBGE divulgou o IPCA de junho, que acelerou para 1,26%, puxado pelos efeitos da greve dos caminhoneiros. O Coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da FGV, André Braz, afirma que o câmbio já influencia os preços ao consumidor, embora a greve tenha tornado esse efeito menos claro. Ele cita como exemplo a influência do trigo (importado, cotado em dólares) sobre a alta de preços do pão francês.

Fernando Gonçalves, gerente de Índice de Preços do IBGE, ainda destacou que o câmbio pode começar a agir em alguns itens do IPCA via aumento de custos de matéria-prima. A oscilação do dólar impacta, por exemplo, o preço da ração de animais, elevando o custo do frango. "Tem itens da indústria química, cotados em dólar, como fertilizantes e cosméticos. Há eletrônicos, com componentes importados", disse.

Outro fator que pode continuar pressionando a inflação é o cenário do setor elétrico, com a configuração

do período seco, conforme esperado - ou seja, com baixo volume de chuva e necessidade de acionamento maior de termelétricas. De acordo com estimativas da consultoria GV Energy, o nível de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas do país deve chegar a 39%, no fim de julho. O montante é ligeiramente superior aos 37% observados em igual período de 2017.

Com a projeção de redução de chuvas e de níveis de reservatórios, houve uma elevação de 18% no despacho térmico no país, ficando na faixa de 12.641 megawatts (MW) médios, ou 80% do total da capacidade instalada termelétrica brasileira, no início deste mês.

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste - que responde por 70% da capacidade de armazenamento para geração de energia - estão com estoque de 39%, com queda acumulada de 0,8 ponto percentual no mês. No Nordeste, os lagos das usinas estão com 37,3% do nível de armazenamento, com queda acumulada de 0,3 ponto percentual em julho. No Norte, o nível de estoque está em 70,4%, mantendo estabilidade no mês. No Sul, o nível de armazenamento das hidrelétricas está em 54,2%, com alta acumulada de 3,1 pontos percentuais em julho.

## Medo do desemprego sobe ao maior nível desde 1996

Por Gabriel Caprioli e Lucas Marchesini | De São Paulo e Brasília

A frustração com a retomada da economia e o aumento da incerteza em relação à corrida eleitoral, ambos agravados pela greve dos caminhoneiros, aumentaram o medo dos brasileiros de perder o emprego. O indicador - medido pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) - subiu 4,2 pontos e voltou, em junho, ao maior patamar da série histórica, iniciada em 1996.

Para o gerente-executivo de pesquisas da CNI, Renato da Fonseca, a população não está confiante na recuperação econômica e não enxerga reação no mercado de trabalho. "As pessoas não visualizam isso no seu bairro, nem nas suas empresas e começam a tomar decisões que acabam por refletir em recuperação ainda mais lenta, como consumir menos".

De acordo com a CNI, o pico de 67,9 pontos atingido no mês passado empata somente com maio de 1999 e junho de 2016 - ambos momentos de crise mais acentuada. A expectativa para junho, segundo Fonseca, era de índice igual ou menor que o registrado em março (63,8), edição anterior da pesquisa. A greve dos caminhoneiros, no entanto, trouxe de volta ao debate a possibilidade de não haver uma recuperação no ritmo esperado. "A única coisa que vai reverter essa percepção é a melhora na economia. A greve, o cenário político e as crises no entorno pioram o ceticismo, mas o que leva o indicador a esse pico é o desapatamento", afirma.

O economista estima que o temor do desemprego pode cair nos próximos meses, mas ressalta que o sentimento da população estará atrelado às eleições. "A gente conhece o resultado de uma disputa muito polarizada na economia. Em um 'fluxo normal', sem efeitos

políticos, o medo do desemprego cairia, mas vai depender do quadro eleitoral", diz Fonseca.

O temor de desemprego cresceu na maior parte do país e é mais grave na região Nordeste, onde passou de 69,3 para 74,1 pontos. O indicador só recuou no Norte/Centro-Oeste, regiões tratadas na pesquisa com um único dado, que passou de 61,4 pontos para 58,6.

O medo é maior entre os mais jovens (entre 16 e 24 anos). Nessa faixa etária, o IMD subiu de 63,4 para 70,8 pontos entre março e junho. Também avançou entre os mais velhos (55 anos ou mais) - de 58,9 para 67,9 pontos.

A única faixa em que recuou no trimestre foi entre 25 e 34 anos, ao passar de 67,6 para 66,8 pontos. O indicador também é maior entre aqueles que ganham até um salário mínimo (R\$ 954). Nessa faixa, avançou de 70 para 77,4 pontos.



## 'Crescem barreiras para investir em infraestrutura'

Por Sergio Lamucci | De São Paulo



Carrasco, ex-diretor do BNDES e professor da PUC-Rio: investimentos em infraestrutura terão que vir do setor privado.

Os obstáculos para o investimento em infraestrutura no Brasil aumentaram, avalia o economista Vinicius Carrasco, ex-diretor de Planejamento e Pesquisa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Embora considere que os retornos para a economia de se investir na área sejam "enormes", permitindo que usuários, financiadores, operadores e governo se beneficiem, Carrasco diz que a conjuntura o deixa pessimista quanto às perspectivas para a aplicação de recursos no setor.

"A greve dos caminhoneiros sugere que usuários muitas vezes relutam em pagar pelos serviços de infraestrutura e tentam jogar a conta para o resto da sociedade", afirma Carrasco, observando que a "única forma de se trazer investimento privado é por meio de garantia de retorno a financiadores e operadores". Esses retornos, nota ele, têm de vir do pagamento por parte de quem

utiliza os serviços de infraestrutura.

O problema é que os usuários no Brasil muitas vezes não parecem dispostos a pagar, como demonstraria a paralisação dos caminhoneiros, ocorrida em maio. Carrasco nota que, no episódio, o governo de São Paulo isentou a cobrança de pedágio por eixo suspenso. Além disso, em 2015, quando também houve greve da categoria, o governo da então presidente Dilma Rousseff aprovou a lei do caminhoneiro, "que reduzia de fato pedágios pagos".

Para Carrasco, os investimentos em infraestrutura terão que vir do setor privado, dado o grave desequilíbrio das contas públicas. "Não há espaço fiscal algum para que o setor público invista", diz ele, para quem isso, contudo, não é ruim. "A qualidade do investimento público em infraestrutura no Brasil nunca foi das melhores e, quando confrontado com incentivos adequados, o setor privado tende a alocar capital de maneira mais eficiente", afirma Carrasco, professor de Economia da PUC-Rio e economista-chefe da Stone, uma empresa de meio de pagamentos. "É importante enfatizar: nem todo investimento público - em particular, nem todo investimento público em infraestrutura - é bom ou aumenta a produtividade."

Nesse cenário, a discussão de se retirar do teto de gastos despesas como investimentos "não faz sentido", na avaliação de Carrasco. "Importante é reduzir de maneira

permanente gastos do governo e, assim, garantir taxas de juros que induzam investimentos privados. O teto dos gastos e as reformas que ele induzirá são fundamentais para isso", diz ele, referindo-se ao mecanismo que limita o crescimento das despesas não financeiras do governo federal.

Carrasco tampouco acredita que haja espaço para os gastos na área crescerem por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs). "A questão fiscal é dramática. Essa situação faz com que mesmo a manutenção de serviços públicos básicos, como segurança, por exemplo esteja sob risco em muitos lugares." PPPs de infraestrutura não seriam prioridades.

O economista vê, porém, "enorme espaço para atuação privada" na área - essa é a boa notícia. Como o estoque de capital de infraestrutura no país é baixo e o investimento mal tem conseguido repor a depreciação, os retornos para a economia de se aplicar recursos no setor são muito grandes, segundo ele. Isso tem o potencial de possibilitar que todos se beneficiem: os usuários, por meio de serviços de infraestrutura de maior qualidade; financiadores e operadores dos projetos, por meio de retorno financeiro que mais que os compense pelos riscos envolvidos; e o governo, por meio de receitas de outorgas e concessões que o permita se concentrar em atividades que só o setor público pode fazer. O problema é a relutância dos usuários em pagar pelos serviços de infraestrutura, diz





ele.

Carrasco nota ainda que, em projetos de infraestrutura, "há uma série de riscos que podem se materializar". Nesse cenário, um ponto crucial é dividir esses riscos de modo adequado e alocá-los a quem pode melhor absorvê-los: "Muitos dos riscos de um projeto de infraestrutura estão fora do controle do operador e do financiador. Alocar esse risco a eles sai caro: não provê nenhuma forma de incentivo e aumenta o retorno por eles demandado", diz Carrasco. Segundo ele, muitos desses riscos podem naturalmente ser alocados ao Estado "em situações normais", como fez a Colômbia. "O benefício disso é reduzir retornos demandados pelos operadores e financiadores."

O problema é que a situação fiscal do Brasil impede que o governo assuma esses riscos, ainda que de modo indireto, o que seria feito por meio de garantias que retirem riscos fora de controle do operador. "Como consequência, esses riscos têm que ser alocados a quem tocará o projeto, o que fará com que os retornos demandados sejam maiores. Esses retornos maiores corresponderão necessariamente a maiores tarifas, e usuários parecem relutantes em pagar por elas."

A greve dos caminhões também sugere a dificuldade de se usar financiamento externo para projetos, aponta Carrasco. "De fato, é preciso alocar a alguma ou a várias partes o risco de variação cambial", diz ele. "É razoável alocar ao menos parte desse risco a usuários, dolarizando parcialmente tarifas. Não estamos prontos para isso", diz. "Ter que alocar

muitos riscos a operadores e financiadores e não querer dar retorno a eles, - por relutar em pagar por serviços de infraestrutura - é algo que se resolverá da pior forma possível: não teremos investimentos substanciais no setor."

Carrasco não vê motivos para subsidiar investimentos em infraestrutura no Brasil. "Quando os retornos privados são altos - e a precariedade de nossa infraestrutura sugere que este seja o caso -, externalidades são irrelevantes: os incentivos privados a investir são suficientes." Para ele, qualquer incentivo servirá apenas como transferência da sociedade para quem toca o projeto ou para os usuários.

Carrasco afirma que a menção a externalidades positivas traz uma sugestão de política pública - dar subsídios. "Primeiro, deveria haver uma barra enorme que alguém que argumente por concessão de subsídios pela existência da externalidade deva passar", diz ele, para quem é preciso tentar quantificar as externalidades - no caso, os benefícios gerados para além daqueles que fazem uso direto dos serviços de infraestrutura. "Na minha curta experiência no BNDES, não vi nenhum estudo que medisse externalidades." Segundo, qualquer subsídio deve ser contrastado com o custo fiscal. "Tirar um real da sociedade para se dar um subsídio custa mais que um real. Na verdade, nossa situação fiscal e carga tributária sugerem que é muito mais que um real." Numa situação como essa, ele considera improvável que qualquer externalidade que possa existir supere os custos fiscais envolvidos.

E o BNDES, que papel deve ter no financiamento à infraestrutura nesse cenário? "Acho que estamos num momento em que temos que encarar nossos problemas. A vantagem que o BNDES tem para financiar infraestrutura, funding subsidiado de longo prazo - é artificial: vem do fato de que tem monopólio sob os recursos do FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador]", diz ele, um dos idealizadores da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos financiamentos do banco a partir deste ano, e vai eliminar os subsídios nos empréstimos em cinco anos. Para ele, é preciso acabar com isso, leiloando os recursos do FAT para que sejam geridos por qualquer instituição. "O mesmo, a propósito, se aplica ao FGTS, que compõe o funding da Caixa Econômica Federal e do Fundo de Investimento-FGTS." Desse modo, esses dois mecanismos de poupança forçada serão mais bem remunerados, o que é bom para todos que são forçados a poupar, diz ele, acrescentando que "essa melhor remuneração disciplinará os investimentos feitos com esses recursos, o que é bom para produtividade."

Carrasco destaca o potencial de projetos de infraestrutura - "se bem selecionados" - para aumentar os ganhos de eficiência na economia. "E, como no longo prazo o crescimento se dá basicamente por aumentos de produtividade, investimento em infraestrutura é fundamental", resume ele. Como as perspectivas para se investir na área não são favoráveis, isso obviamente afeta a capacidade de o país crescer a taxas mais elevadas de modo sustentado.

## União tem gasto de R\$ 18,2 bilhões com estatal ‘dependente’

Salário médio de empresas com receita própria insuficiente supera a média do Executivo; para secretário, situação precisa ser discutida

Anne Warth

Com injeção de R\$ 18,2 bilhões do Tesouro por ano para fechar as contas, as estatais “dependentes” – aquelas incapazes de gerar receitas para bancar suas próprias despesas – pagam salário médio mensal de R\$ 13,4 mil para cada um dos funcionários, segundo levantamento do Ministério do Planejamento obtido pelo ‘Estadão/Broadcast’. Esse valor é seis vezes superior ao rendimento médio dos trabalhadores com carteira assinada do País (R\$ 2,2 mil). O gasto por empregado dessas estatais é também maior que o do Executivo federal, que paga em média para cada servidor pouco mais de R\$ 10 mil por mês. Para custear a folha dos 73,6 mil empregados dessas 18 empresas foram consumidos R\$ 12,8 bilhões, 70% de todos os aportes feitos. A Instituição Fiscal Independente (IFI) fez um levantamento mostrando que houve aumento de 11,4% por ano no número de funcionários dessas estatais. Em 2011, eram 40,3 mil empregados contratados. Mesmo em 2016, ano de grave crise

econômica, o acréscimo foi de 7,7%. Nas estatais independentes (que têm mais autonomia financeira), grupo em que estão Infraero e Correios, por exemplo, o número de funcionários passou a cair em 2014.

Na lista das estatais dependentes do Orçamento da União estão a Valec, que cuida de ferrovias e que teve ex-diretores envolvidos em desvios em obras, a Ceitec, que fabrica chips para identificação de veículos e “brincos” eletrônicos para rastreamento de animais, e a EBL, criada no governo Dilma Rousseff para implantar o projeto fracassado do trem-bala. E há também empresas como a Embrapa, referência em pesquisa agrícola. Pelo raio X da IFI, o gasto por funcionário divide as estatais dependentes em três grupos: as que pagam salários médios de R\$ 8 mil a R\$ 12 mil (estatais da área de saúde e EBC, da área de comunicação), as com pagamento entre R\$ 13 mil e R\$ 17 mil (Valec e Codevasf, que cuida de ações de desenvolvimento para o Vale do São Francisco) e as com remuneração que variam entre R\$ 19 mil e R\$ 22 mil (casos da Embrapa e da EPE, da área energética).

Para o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Ribeiro Soares, a existência de estatais dependentes se justifica quando elas prestam uma política pública para a sociedade. “Porém, é preciso que essa política pública tenha efetividade de fato”, disse. “Além disso, não é por que a estatal depende de recursos públicos que não pode buscar redução de seus custos, aumento da produtividade e, em alguns casos, até mesmo a saída da situação de dependência.” Prestação de contas. Diante de custos tão elevados, o consultor econômico Raul Velloso defendeu a realização de uma avaliação profunda sobre os resultados que essas empresas entregam ao País. “É preciso demonstrar que elas estão de fato entregando algum resultado para a população e qual o resultado da ação delas, do que produzem e dos serviços que prestam”, disse. “Seria uma prestação de contas à sociedade.”

Em entrevista ao Estadão/Broadcast na semana passada, antes de entrar em vigor a regra eleitoral que restringe comunicações oficiais, Soares, do Planejamento, também defendeu uma discussão sobre a entrega de resultados e a necessidade de se















manter ou não estatais, autarquias e fundações. “Não se pode interditar o debate da privatização e da liquidação. Isso tem de estar na ordem do dia, sempre avaliando a entrega de valor à sociedade”, disse. “Se há valor, ótimo. Vamos trazer eficiência, reduzir custos e trazer a situação orçamentária e fiscal dessa empresa para a realidade. Se não, temos de discutir a possibilidade de encerrá-la.” No fim de junho, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, concedeu uma liminar que impede a privatização de estatais sem o aval do Congresso Nacional.









## SEM RECURSOS

### ● Nível de dependência de aportes do Tesouro

ESTATAIS		DADOS DE 2018
<b>EBSERH</b>	Responsável por gerenciar hospitais universitários federais	 99%
<b>EMBRAPA</b>	Pesquisa e desenvolvimento na área de agricultura	 95%
<b>CONAB</b>	Responsável pela gestão da política agrícola	 48%
<b>GHC</b>	Grupo Hospitalar Conceição de Porto Alegre	 45%
<b>HCPA</b>	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	 79%
<b>CODEVASF</b>	Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco	 92%
<b>CBTU</b>	Trens Urbanos em BH, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal	 85%
<b>VALEC</b>	Responsável pela infraestrutura ferroviária	 99%
<b>INB</b>	Monopólio da produção de materiais nucleares	 35%
<b>EBC</b>	Responsável pela Agência Brasil, TV Brasil e a Voz do Brasil	 72%





<b>CPRM</b>	Responsável pelo levantamento de recursos minerais		<b>99%</b>
<b>NUCLEP</b>	Responsável pela produção de componentes nucleares		<b>87%</b>
<b>AMAZUL</b>	Programa Nuclear Brasileiro e do setor nuclear da Marinha		<b>100%</b>
<b>TRENSURB</b>	Responsável pelo metrô de Porto Alegre		<b>78%</b>
<b>IMBEL</b>	Fabricante de armas, munições e explosivos para a Defesa		<b>54%</b>
<b>EPE</b>	Responsável pelo planejamento do setor energético		<b>97%</b>
<b>CEITEC</b>	Responsável pela produção de chips para animais		<b>96%</b>
<b>EPL</b>	Criada para subsidiar os estudos do trem-bala		<b>98%</b>

**Total**

EM MILHÕES DE REAIS

**Aporte realizado em 2017**  18,228**Aporte previsto em 2018**  20,435

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO